

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU**

BIÊNIO 2017-2019

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezoito, no Auditório do Centro Administrativo da Prefeitura de Santos, sito à Rua Pedro II, 25, Centro, Santos, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), biênio 2017-2019. Estavam presentes as pessoas relacionadas na lista de presença anexa. Justificaram as ausências o Senhor Luiz Otávio A. Castro do DEPCAM-SEMAM; a Sra. Ana Lúcia Buccolo Marques da AGEM e a Sra. Niedja de Andrade e S. F. dos Santos da SEGOV. Tendo em vista o impedimento do Presidente do CMDU de participar da reunião, o Secretário Executivo, Rogerio Mathias Conde assumiu a condução da sessão. Dando sequência, à ordem do dia, o Secretário Executivo consultou os membros do CMDU sobre a aprovação das atas das reuniões anteriores – ordinária e extraordinária - previamente enviadas por e-mail. Como não houve nenhuma manifestação, ambas foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, passou ao segundo item da pauta: Posse aos membros titulares e suplentes dos representantes das entidades da sociedade civil, eleitos na assembleia ocorrida em 11/01/2018 – vagas remanescentes. A arquiteta Fernanda Rodrigues Alarcon apresentou os representantes indicados no decreto publicado em diário oficial nesta mesma data, e informou que agora então o quadro de membros do CMDU está completo. Em seguida o Secretário Executivo considerou a todos como empossados. Passando ao terceiro item da pauta: Análise e deliberação do PA 66.281/2017-21 – Galpão de triagem de resíduos; a arquiteta Fernanda Alarcon solicitou que os técnicos da SEMAM dessem sequência ao assunto. O Engenheiro Senhor Paulo Campos falou em linhas gerais do projeto de compostagem, já em fase de assinatura de contrato, e deu início a apresentação, cuja cópia anexamos a esta. O técnico da SEMAM, Senhor Paulo Batista, deu continuidade a apresentação falando sobre a área pretendida, e ao final solicitou consulta ao CMDU para aprovação da área por se tratar de projeto de interesse específico. A arquiteta Fernanda complementou falando que, conforme indicado na certidão de uso e ocupação do solo, a lei de uso e ocupação do solo enquadra a usina de compostagem como uso Industrial II, não permitido para a área, mas o Artigo 20 possibilita o enquadramento como uso especial em vista da importância do projeto. Por esse motivo o assunto foi trazido a apreciação desse conselho. Observou ainda que na revisão da lei esta situação está sendo considerada. Mas no momento vale a lei em vigor. O Senhor Mauricio Valente, participante convidado, questionou qual o impacto e se estariam abrindo precedentes para este risco, II, ou é deliberação específica. O Senhor Paulo da SEMAM respondeu que os riscos são odor e líquidos, previstos e mitigados para licenciamento. Informou ainda que a comunidade mais próxima está a aproximadamente um quilometro,

sendo que o fator mais negativo seria a entrada e saída dos veículos. A representante do Instituto Elos Brasil, Thais Polydoro Ribeiro, perguntou se a subestação tem área de influência, ou seja, interferência na CPFL. A arquiteta Marina Ferrari, técnica da SEDURB, complementou informações quanto ao uso, que existe o entendimento de que o projeto pode ser entendido como parte do subsistema de saneamento e assim pode ser enquadrado como uso especial, e que o risco é minimizado em áreas entre vias de trânsito rápido, como é o caso; além de ser a área mais adequada entre as pesquisadas. Informou ainda que quando passar pelo licenciamento terá estudos de riscos. A Senhora Monica Antonia Viana, da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, relatou seu entendimento de que houve estudo das áreas em conjunto com as secretarias. A arquiteta Marina afirmou que a Sedurb auxiliou com relação ao enquadramento do uso nas áreas sugeridas, e após estudos entendem que o enquadramento seria outro, sendo uso específico. A Senhora Monica sugeriu audiência para consultar o Jardim Piratininga, bairro mais próximo. A arquiteta Marina respondeu que é possível durante o licenciamento. E o Senhor Paulo, da SEMAM, observou que o bairro em questão fica depois da área escolhida, não havendo impacto viário. O Senhor Mauricio reafirmou a importância da consulta pública junto à comunidade, inclusive para prestar esclarecimentos. O Senhor Paulo Batista da Semam se comprometeu com a audiência. Ato contínuo o Secretário Executivo colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade o reenquadramento da atividade pretendida como uso especial. O Senhor Paulo Marcos aproveitou e convidou os presentes a conhecerem melhor o trabalho. A Senhora Thais perguntou quanto ao recurso a ser investido no projeto e o técnico da SEMAM respondeu que inicialmente é de um milhão de reais. Posteriormente o Senhor Rogerio Conde passou a palavra a arquiteta Fernanda para falar quanto ao quarto item da pauta: Apresentação do cronograma para análise da LUOS; e falou da importância da LUOS na vida dos cidadãos, apresentou o cronograma, observou todo o processo já realizado: como oficinas preparatórias conceituais para um melhor entendimento da lei, além das audiências públicas para ouvir a população. Falou ainda que desde outubro de dois mil e dezessete estão trabalhando na minuta, e que a próxima etapa é enviar ao GTT – Grupo Técnico de Trabalho. Na sequência serão realizadas reuniões junto ao GTT, e a previsão é de disponibilizar no site para consulta até a próxima sexta feira, para na sequência a subcomissão do CMDU atuar na análise da minuta. A Senhora Monica opinou que considera o prazo apertado, e entende que o estudo tem que ser apreciado também pelas universidades, além de questionar por que só uma audiência realizada no centro. O Arquiteto Glaucus respondeu que serão mais; além de afirmar que, se necessário, o prazo será revisto. O representante do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – SASP, Jean Pierre de Moraes Creté, perguntou quando as propostas estarão disponíveis. Novamente o arquiteto Glaucus respondeu que provavelmente na próxima sexta-feira. O representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos – AEAS, Jose Roberto de Arruda Zonis, perguntou se pode participar das reuniões da subcomissão, mesmo não fazendo parte da mesma. O arquiteto Glaucus respondeu que

pode participar como convidado. Além de esclarecer que a subcomissão analisa a minuta e prepara um relatório técnico para posterior apreciação do CMDU. O IAB também manifestou interesse em participar das reuniões da subcomissão. A Senhora Thais opinou que as reuniões nomeadas pela prefeitura como Audiência Pública, na realidade foram reuniões expositivas, onde inclusive houve pouco tempo de microfone para a população se manifestar. O arquiteto Glaucus reafirmou que o microfone ficou aberto a manifestação por aproximadamente uma hora. O Senhor Rogerio Conde falou em aperfeiçoamento, e perguntou a representante do Instituto Elos quais sugestões daria para melhorar o processo. Esta por sua vez afirmou que o tema é complexo, que sugere divisões por conteúdo, inclusive abertura do microfone por tópico. A Senhora Monica voltou a falar na consolidação do prazo. E o Senhor Luiz Pereira dos Santos, participante convidado, sugeriu cartilhas para melhor entendimento do munícipe. O arquiteto Glaucus falou sobre a falta de adesão da população nas reuniões da oficina preparatória, mas também entende que é preciso aprimorar. A Senhora Izabel Cristina Olivença Pereira, representante da Associação Morada das Aguas, observou que o período escolhido, final de ano, complicou a adesão. A Senhora Thais ficou feliz em saber das oficinas preparatórias, mas não ficou sabendo das datas, e que a divulgação por diário oficial, que agora é digital, dificulta. A arquiteta Fernanda informou que foram enviados e-mails para todos os cadastrados nas audiências. O Senhor Jean falou também sobre o prazo inexecutável para analisar a minuta, afirmou que audiência não é apenas uma formalidade e que deve haver ampla divulgação e participação, além de transporte e de um local com maior capacidade, caso as audiências sejam realizadas apenas no centro, senão segurança para a população participar das audiências nos bairros. A arquiteta Fernanda perguntou qual sugestão ele daria. E obteve como resposta no mínimo um mês, para em seguida fazer ampla divulgação e que as audiências ocorram em toda as regiões da cidade." O Senhor Marcos Bandini, participante como convidado, sugere acatar extensão do prazo, inclusive para o GTT. O arquiteto Glaucus então afirmou que o grupo irá estender a discussão, que a minuta só irá para o site após passar pelo GTT, e darão trinta dias para a comissão analisar. O Senhor Mauricio solicitou compromisso da prefeitura quanto as cartilhas, que não concorda só com uma audiência no centro, que é necessário verificar a percepção da população quanto a segurança, e sugeriu audiências em todas as regiões. O Senhor Jean complementou afirmando que audiência pública não é apresentação, é ouvir a população é considerar as suas contribuições na revisão da lei. Reforçou novamente a publicidade e transparência dos estudos técnicos que justificam as alterações propostas e quais suas consequências, em linguagem simples e acessível à população. A Senhora Izabel entendeu que as datas podem ser prorrogadas, de acordo com a necessidade, e ser indispensável a consolidação das sugestões. O secretário executivo afirmou que as sugestões serão analisadas e ajustadas. A representante da Associação Habitacional Dignidade, Dulcilea Pereira Fidelis, perguntou se não pode ser revisada também a lei de ZEIS. O arquiteto Glaucus respondeu que não pode misturar, pois a lei é muito

detalhada, pode inclusive perder o foco. O Senhor Bandini questionou quanto a inviabilização dos prazos propostos. O Senhor Glaucus reafirmou que após publicidade, terão trinta dias para análise do CMDU. O Senhor Celio Nori perguntou se a revisão da LUOS está alinhada com a conferencia das cidades. O arquiteto Glaucus respondeu que fez parte dos subsídios para a revisão da LUOS. O Secretário Executivo consultou a plenária se existia alguma propositura, e não havendo nenhuma manifestação agradeceu a presença de todos e como nada mais havia a ser tratado, às onze horas, O Secretário Executivo Senhor Rogerio Mathias Conde, deu os trabalhos por encerrados. Eu, Andréia Orlandini Nunes _____ lavei a presente ata que, após lida e aprovada, será ao final subscrita pelo Senhor Rogerio Mathias Conde _____ Secretário Executivo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.